

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.560 - RS (2019/0327902-5)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **MAURÍCIO DAL AGNOL**
ADVOGADOS : **PABLO PACHECO DOS SANTOS - RS062925**
: **RODRIGO TONIAL - RS063379**
: **PABLO FRIEDRICH DORNELES - RS059377**
RECORRIDO : **ALTAIR GOULART FARIAS**
ADVOGADO : **CATIUSA BENEDETTI MACHADO - RS067295**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. MANDATO. RETENÇÃO INDEVIDA DE VALORES PELO MANDATÁRIO. TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO. *ACTIO NATA*. CIÊNCIA INEQUÍVOCA DO ILÍCITO. PRECEDENTES. CELEBRAÇÃO DE ACORDO PREJUDICIAL AO MANDANTE. ABUSO DE PODER. CONFIGURAÇÃO. ABATIMENTO DOS HONORÁRIOS CONTRATUAIS. IMPOSSIBILIDADE. SERVIÇO PRESTADO DE FORMA DEFICIENTE. TERMO FINAL DOS JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. SÚMULA 83/STJ. DANOS MATERIAIS E MORAIS. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ESTADUAIS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. *QUANTUM* INDENIZATÓRIO. OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. SÚMULA 7/STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DO ARBITRAMENTO. SÚMULA 362/STJ. DANOS MATERIAIS. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. DATA DO ABUSO DOS LIMITES DO MANDATO. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. DATA DA CITAÇÃO. ACÓRDÃO EM DESACORDO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. NECESSIDADE DE REFORMA NO PONTO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por MAURÍCIO DAL AGNOL, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, com o intuito de reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado (e-STJ, fls. 771-772, grifos no original):

APELAÇÕES CÍVEIS. MANDATOS. AÇÃO DE INDENIZATÓRIA. APELAÇÃO DO AUTOR E DO RÉU.

DESPROVIMENTO. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.

Em se tratando de ação indenizatória ajuizada pelo mandante em face do mandatário, em decorrência dos danos originados pelo mau cumprimento do contrato de mandato, incide o prazo prescricional decenal previsto no artigo 205 do Código Civil e não o trienal (artigo 206, § 32, IV, do CCB). Revisão de posicionamento em atenção aos recentes julgados proferidos pelo Superior Tribunal de Justiça. O marco inicial do prazo prescricional deve ser contabilizado da inequívoca ciência da parte acerca dos fatos.

Não há como aferir no caso em tela que a parte autora teve conhecimento da renúncia indevida pelo procurador quando do saque do alvará, da realização do acordo ou quando este lhe prestou contas, pois ao tempo do recebimento dos valores, amparado no princípio da confiança estabelecido entre cliente e procurador, não tinha o autor ciência da renúncia dos valores constantes no acordo firmado entre o procurador e a companhia de telefonia. Assim, o prazo deve ser contabilizado da notoriedade dos fatos envolvendo o advogado que lesou o patrimônio de diversos dos seus clientes.

Inexistindo pedido de anulação de acordo que pudesse atrair a incidência do artigo 179 do Código Civil, não há falar em decadência deste direito.

ACORDO CELEBRADO PELO PROCURADOR. RENÚNCIA DE DIREITOS. AUSÊNCIA DE ANUÊNCIA DO MANDANTE. DANOS MATERIAIS. CONFIGURADOS.

Considerando que o autor possuía, ao tempo em que celebrado o acordo pelo procurador, crédito já consolidado, ainda que tivesse o mandatário poderes para transigir, no caso, verificou-se verdadeira renúncia de direitos, razão pela qual inevitável reconhecer que o procurador extrapolou os limites do mandato ao perfectibilizar acordo que em nada beneficiou o mandante. Evidente, pois, que ocorreu a perda de uma chance, devidamente comprovada pelo autor, a justificar o acolhimento do pedido indenizatório relativamente ao valor da condenação excluído do acordo homologado em juízo.

TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DO ART. 670 DO CÓDIGO CIVIL.

Os juros de mora e a correção monetária incidentes sobre o dano material são contabilizados desde a renúncia indevida dos valores decorrente de abuso na execução do mandato. Inteligência do art. 670 do Código Civil. Manutenção do entendimento da sentença, que determinou a incidência de juros de mora a contar da data da expedição do alvará, restando desacolhido o pedido do apelante, que pretendia a modificação do termo inicial dos juros de mora para a data da citação.

O termo final dos juros e da correção é a data do efetivo pagamento.

DANOS MORAIS CONFIGURADOS.

Os danos morais, no caso em comento, decorrem exclusivamente do atuar do procurador, que extrapolou os limites do mandato ao renunciar a direito adquirido pelo mandante, razão pela qual é impositiva a condenação.

ALEGAÇÃO DE SENTENÇA EXTRA PETITA. DESACOLHIMENTO.

Não há falar em sentença extra petita, por supostamente a decisão ter excluído os honorários contratuais a pedido do autor, porque, além de não constar tal pedido na inicial, a sentença nada referiu acerca de honorários contratuais, não se verificando, portanto, sentença extra petita nesse ponto, ao contrário do que alega o apelante.

APELAÇÃO DO AUTOR. PEDIDO DE MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. DESACOLHIMENTO.

Entendo que não devem ser majorados os honorários advocatícios devidos ao patrono do autor, uma vez que foram fixados com observância ao disposto no art. 85, §§ 2º, 8º e 16, do CPC.

APELOS DESPROVIDOS. UNÂNIME.

Os embargos de declaração opostos foram desacolhidos (fls. 808-814, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 436-440, e-STJ), além de dissídio jurisprudencial, o recorrente alega que o acórdão estadual incorreu em violação dos seguintes normativos:

- a) arts. 11, 105, 189, 240 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015;
- b) arts. 189, 206, § 3º, IV e V, 676, 682, IV, e 849 do Código Civil de 2002;
- c) arts. 22 e 23 da Lei n. 8.906/1994.

Sustenta, em síntese: (i) ter havido negativa de prestação jurisdicional por parte do Tribunal de origem e prescrição da pretensão indenizatória, haja vista que seu termo inicial se dá com a homologação judicial do acordo, que ocorreu em 2010, e a presente demanda somente foi ajuizada em 2015; (ii) a validade do acordo celebrado com a companhia telefônica, pois o mandato outorgado autorizava a sua formalização, bem como assevera que os serviços advocatícios contratados foram efetivamente prestados, devendo a remuneração contratual ser abatida do valor da condenação; (iii) a necessidade de adoção da data da citação e a do bloqueio de bens como, respectivamente, o termo inicial e final dos juros de mora e da correção monetária do débito; e (iv) não configurados os danos morais, além de excesso no valor arbitrado a esse título, motivo pelo qual necessária sua redução.

Superior Tribunal de Justiça

Apresentadas as contrarrazões ao apelo extremo (fls. 852-876, e-STJ), foi ele admitido na origem (fls. 878-888, e-STJ), ascendendo os autos a esta Corte de Justiça.

Brevemente relatado, decido.

De início, verifico que o recurso foi interposto na vigência do novo Código de Processo Civil. Sendo assim, sua análise obedecerá ao regramento nele previsto. Portanto, aplica-se, na hipótese, o Enunciado Administrativo n. 3, aprovado pelo Plenário desta Casa em 9/3/2016, segundo o qual "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

No tocante à suposta negativa de prestação jurisdicional, é preciso deixar claro que o Tribunal *a quo* resolveu satisfatoriamente as questões deduzidas no processo, sem incorrer nos vícios de obscuridade, contradição ou omissão com relação a ponto controvertido relevante, cujo exame pudesse levar a um diferente resultado na prestação de tutela jurisdicional.

Assinala-se que o acórdão recorrido enfrentou, de forma clara e fundamentada, as questões suscitadas pelas partes, notadamente acerca da ocorrência dos danos morais e do prazo prescricional, tratando-se, na verdade, de pretensão de novo julgamento das matérias.

Desse modo, aplica-se à espécie o entendimento pacífico do STJ segundo o qual "não se configura a ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022 do Código de Processo Civil/2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada" (REsp n. 1.638.961/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 13/12/2016, DJe 2/2/2017).

Quanto à prescrição, a Corte de origem assentou que o termo inicial desta se deu somente com a divulgação, pela imprensa, da "Operação Carmelina", da Polícia Federal, em fevereiro de 2014, a qual constituiu fato notório para que a parte tomasse conhecimento da lesão ao seu patrimônio jurídico.

A conclusão do Tribunal local, portanto, está em harmonia com entendimento

Superior Tribunal de Justiça

desta Corte Superior de que o início do prazo prescricional, com base na Teoria da *Actio Nata*, não se dá necessariamente no momento em que ocorre a lesão ao direito, mas, sim, quando o titular do direito subjetivo violado obtém plena ciência da lesão e de toda a sua extensão.

Confirmam-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. COMPRA E VENDA. AÇÃO DE COBRANÇA. RESCISÃO DO NEGÓCIO. TRATATIVAS EXTRAJUDICIAIS. SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. DEVOLUÇÃO DE VALORES. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. TEORIA DA ACTIO NATA.

1. A reforma do julgado que entendeu pela suspensão do prazo prescricional para devolução do valor em função de tratativas extrajudiciais documentadas demandaria o reexame do contexto fático-probatório, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor da Súmula nº 7/STJ.
2. Por aplicação da teoria da *actio nata*, o lapso do prazo prescricional somente começa com a ciência da efetiva lesão do direito tutelado, inexistindo, ainda, qualquer condição que impeça o exercício do direito de ação. Precedentes.
3. Agravo interno não provido (AgInt no AREsp n. 982.198/SP, Relator o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 14/2/2017, DJe 21/2/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS. COMPENSAÇÃO. DANOS MORAIS. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. TEORIA DA ACTIO NATA. HARMONIA COM O ENTENDIMENTO DO STJ.

1. Por aplicação da teoria da *actio nata*, o prazo prescricional, relativo à pretensão de indenização de dano material e compensação de dano moral, somente começa a correr quando o titular do direito subjetivo violado obtém plena ciência da lesão e de toda a sua extensão, bem como do responsável pelo ilícito, inexistindo, ainda, qualquer condição que o impeça de exercer o direito de ação.
2. O acórdão recorrido que adota a orientação firmada pela jurisprudência do STJ não merece reforma.
3. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido (AgInt no AREsp n. 639.598/SP, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 13/12/2016, DJe 3/2/2017)

Outrossim, levando-se em consideração que o prazo prescricional das

pretensões indenizatórias exercidas por mandante contra mandatário é o decenal, previsto no art. 205 do Código Civil de 2002, não se verifica o transcurso do lapso temporal fatal, já que, iniciado em fevereiro de 2014, a ação foi ajuizada em 24/4/2015.

A propósito:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO. INADIMPLEMENTO CONTRATUAL. PRAZO DECENAL. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA. REGIMES JURÍDICOS DISTINTOS. UNIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. ISONOMIA. OFENSA. AUSÊNCIA.

1. Ação ajuizada em 14/08/2007. Embargos de divergência em recurso especial opostos em 24/08/2017 e atribuído a este gabinete em 13/10/2017.

2. O propósito recursal consiste em determinar qual o prazo de prescrição aplicável às hipóteses de pretensão fundamentadas em inadimplemento contratual, especificamente, se nessas hipóteses o período é trienal (art. 206, §3, V, do CC/2002) ou decenal (art. 205 do CC/2002).

3. Quanto à alegada divergência sobre o art. 200 do CC/2002, aplica-se a Súmula 168/STJ ("Não cabem embargos de divergência quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado").

4. O instituto da prescrição tem por finalidade conferir certeza às relações jurídicas, na busca de estabilidade, porquanto não seria possível suportar uma perpétua situação de insegurança.

5. Nas controvérsias relacionadas à responsabilidade contratual, aplica-se a regra geral (art. 205 CC/02) que prevê dez anos de prazo prescricional e, quando se tratar de responsabilidade extracontratual, aplica-se o disposto no art. 206, § 3º, V, do CC/02, com prazo de três anos.

6. Para o efeito da incidência do prazo prescricional, o termo "reparação civil" não abrange a composição da toda e qualquer consequência negativa, patrimonial ou extrapatrimonial, do descumprimento de um dever jurídico, mas, de modo geral, designa indenização por perdas e danos, estando associada às hipóteses de responsabilidade civil, ou seja, tem por antecedente o ato ilícito.

7. Por observância à lógica e à coerência, o mesmo prazo prescricional de dez anos deve ser aplicado a todas as pretensões do credor nas hipóteses de inadimplemento contratual, incluindo o da reparação de perdas e danos por ele causados.

8. Há muitas diferenças de ordem fática, de bens jurídicos protegidos e regimes jurídicos aplicáveis entre responsabilidade contratual e extracontratual que largamente justificam o tratamento distinto atribuído pelo legislador pátrio, sem qualquer ofensa ao princípio da isonomia.

9. Embargos de divergência parcialmente conhecidos e, nessa parte,

não providos. (EREsp n. 1.280.825/RJ, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 27/6/2018, DJe 2/8/2018 - sem grifo no original)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. REPARAÇÃO CIVIL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS. PRESCRIÇÃO DECENAL. ART. 205 DO CÓDIGO CIVIL.

1. Não viola o artigo 535 do Código de Processo Civil nem importa negativa de prestação jurisdicional o acórdão que adota, para a resolução da causa, fundamentação suficiente, porém diversa da pretendida pelo recorrente, para decidir de modo integral a controvérsia posta.

2. Consoante a orientação desta Corte, nas ações de indenização do mandante contra o mandatário, incide o prazo prescricional de dez anos previsto no artigo 205 do CC.

3. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp n. 1.460.668/DF, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 15/10/2015, DJe 23/10/2015 - sem grifo no original)

Em relação à validade do acordo, importante assinalar que o fato de o recorrente possuir procuração outorgada pelo recorrido conferindo poderes para transações não lhe autorizava a proceder de forma temerária e a seu livre arbítrio, a celebrar pactos contrários aos interesses de seu cliente nem a se locupletar indiretamente em detrimento do mandante.

Desse modo, nos termos do art. 667 do Código Civil, compete ao mandatário agir de forma diligente na execução do mandato, sob pena de "indenizar qualquer prejuízo causado por culpa sua ou daquela a quem substabelecer, sem autorização, poderes que devia exercer pessoalmente".

Na hipótese dos autos, consoante bem assinalado pelo acórdão recorrido, o mandatário, além de não ter atuado com a necessária diligência, causou danos ao mandante ao renunciar a crédito já reconhecido judicialmente em sentença com remota possibilidade de reversão, em virtude de ajuste espúrio realizado com a parte contrária.

Ademais, o caso vertente configura nítido abuso de poder, pois, no desempenho de suas atividades, o mandatário atuou de modo contrário ao que lhe era esperado, ainda que sem exceder os limites expressamente previstos no mandato, o que não

implica, necessária e automaticamente, a invalidade dos atos praticados nem impossibilita a responsabilização do recorrente.

Além do mais, não subsiste a pretensão de abatimento dos honorários contratuais, porquanto o art. 669 do Código Civil de 2002 determina que "o mandatário não pode compensar os prejuízos a que deu causa com os proveitos que, por outro lado, tenha granjeado ao seu constituinte".

Por conseguinte, torna-se inviável a remuneração do mandatário por serviços que não foram prestados de forma integral e a contento, os quais, na verdade, trouxeram mais malefícios do que benefícios, já que foi necessário o ajuizamento de nova demanda judicial para buscar a reparação dos danos perpetrados pela conduta do recorrente.

Esse entendimento já foi adotado pela Terceira Turma do STJ:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. ADVOGADO. DESCUMPRIMENTO DO MANDATO. PRESCRIÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. CELEBRAÇÃO DE ACORDO PREJUDICIAL. RENÚNCIA DE CRÉDITO. RESPONSABILIDADE CIVIL. RELAÇÃO CONTRATUAL. ABUSO DE PODER. CONFIGURAÇÃO. HONORÁRIOS. ABATIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. TERMO FINAL. QUITAÇÃO. BLOQUEIO DOS BENS. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. DANO MORAL. REDUÇÃO. INVIABILIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).
2. Controvérsia relacionada com uma série de demandas indenizatórias cíveis ajuizadas por antigos clientes do escritório de advocacia do recorrente, Maurício Dal Agnol.
3. No caso concreto, ficou consignado que o advogado celebrou acordo prejudicial ao cliente, por meio do qual renunciou a crédito consolidado em sentença com remota possibilidade de reversão, em virtude de ajuste espúrio realizado com a parte contrária.
4. As condutas atribuídas ao réu são incontroversas e indicam o efetivo descumprimento do mandato outorgado, sendo o seu reexame vedado por se tratar de questão decidida à luz do contexto fático-probatório dos autos, a atrair o óbice da Súmula nº 7/STJ.
5. Diante da impossibilidade de precisar o momento da ciência da lesão, deve ser mantida a data de deflagração da Operação Carmelina como o termo inicial do prazo prescricional para as ações indenizatórias propostas pelos clientes lesados, quando foi dada ampla

publicidade aos ilícitos imputados ao réu. Aplicação da teoria da *actio nata*. Precedentes.

6. Nas ações de indenização do mandante contra o mandatário incide o prazo prescricional de 10 (dez) anos, previsto no art. 205 do Código Civil, por se tratar de responsabilidade proveniente de relação contratual. Precedentes.

7. O fato de o advogado-mandatário ostentar procuração com poderes para transigir não afasta a responsabilidade pelos prejuízos causados por culpa sua ou de pessoa para quem substabeleceu, nos termos dos arts. 667 do Código Civil e 32, *caput*, do Estatuto da Advocacia.

8. A responsabilidade pelos danos decorrentes do abuso de poder pelo mandatário independe da prévia anulação judicial do ato praticado, pois o prejuízo não decorre de eventual nulidade, mas, sim, da violação dos deveres subjacentes à relação jurídica entre o advogado e o assistido.

9. É indevido o abatimento proporcional, no cálculo do prejuízo suportado pela parte autora, de parcela relativa a honorários advocatícios contratuais se não houve o cumprimento integral do contrato e a remuneração devida estava atrelada ao proveito econômico obtido pelo cliente no processo originário.

10. Esta Corte firmou o entendimento de que, em se tratando de indenização por danos decorrentes de responsabilidade contratual, os juros moratórios fluem a partir da citação tanto para os danos morais quanto para os materiais.

11. A mera notícia de decisão judicial determinando a indisponibilidade forçada dos bens do réu, no cerne de outro processo, com objeto e partes distintas, não possui o condão de interromper a incidência dos juros moratórios. O bloqueio judicial dos bens é medida constitutiva de natureza preventiva que não se confunde com a sistemática do depósito judicial em garantia. Precedente em caso análogo.

12. O montante fixado a título de indenização por danos morais (R\$ 10.000,00 - dez mil reais) não se mostra irrisório ou abusivo ante o quadro fático delineado na origem.

13. Não se vislumbra a divergência jurisprudencial suscitada na hipótese em que o entendimento do acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta Corte, incidindo a Súmula nº 83/STJ.

14. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido. (REsp n. 1.750.570/RS, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 11/09/2018, DJe 14/9/2018)

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. ADVOGADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. FRAUDE. ALVARÁS JUDICIAIS. LEVANTAMENTO. APROPRIAÇÃO INDEVIDA. JUROS MORATÓRIOS. TERMO FINAL. BLOQUEIO DOS BENS. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. REDUÇÃO. INVIABILIDADE. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ.

Superior Tribunal de Justiça

1. Recurso especial relacionado com uma série de demandas indenizatórias cíveis ajuizadas por antigos clientes do escritório de advocacia do recorrente, Maurício Dal Agnol.
2. No caso concreto, as instâncias ordinárias consignaram que o recorrente desrespeitou os limites de seu mandato ao reter indevidamente quantias que pertenciam à recorrida, na condição de seu advogado, realizando o levantamento de alvarás judiciais sem efetuar os respectivos repasses.
3. A prática de ato ilícito por parte de advogado contra sua própria clientela, aproveitando-se da relação de confiança para causar prejuízos a quem lhe contratou na expectativa de ser representado com lealdade e boa-fé, importa em séria violação do ordenamento jurídico e dos deveres ético-sociais que regem o exercício da advocacia, a extrapolar o simples descumprimento contratual e impor o dever de reparação pelos danos materiais e morais causados.
4. A mera notícia de decisão judicial determinando a indisponibilidade forçada dos bens do réu, no cerne de outro processo, com objeto e partes distintas, não possui o condão de interromper a incidência dos juros moratórios. O bloqueio judicial dos bens é medida constritiva de natureza preventiva que não se confunde com a sistemática do depósito judicial em garantia.
5. Inexiste fundamento jurídico para a interrupção da mora antes do efetivo pagamento da indenização, pois a ninguém é dado se beneficiar da própria torpeza.
6. A divergência jurisprudencial pressupõe a existência de similitude fática entre os arestos confrontados, o que não ocorre na espécie.
7. Inviável reapreciar as conclusões do acórdão recorrido no tocante à configuração do dano moral, à sua quantificação e à ocorrência de sucumbência mínima da autora, por demandar a reapreciação do conjunto fático-probatório, procedimento vedado pela Súmula nº 7/STJ, consoante iterativa jurisprudência desta Corte Superior.
8. O montante fixado a título de indenização por danos morais (R\$ 10.000,00 - dez mil reais) não se mostra irrisório ou abusivo ante o quadro fático delineado na origem.
9. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido. (REsp n. 1.740.260/RS, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 26/6/2018, DJe 29/6/2018)

Nesses termos, tendo em vista que o acórdão recorrido encontra-se em harmonia com o entendimento do STJ, torna-se imperiosa a incidência da Súmula 83/STJ.

No que tange ao termo final dos juros de mora e correção monetária do débito, este Tribunal Superior entende que "a mera notícia de decisão judicial determinando a indisponibilidade forçada dos bens do réu, no cerne de outro processo, com objeto e partes distintas, não possui o condão de interromper a incidência dos juros moratórios. O bloqueio

Superior Tribunal de Justiça

judicial dos bens é medida constritiva de natureza preventiva que não se confunde com a sistemática do depósito judicial em garantia" (REsp n. 1.750.570/RS, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 11/9/2018, DJe 14/9/2018).

Aplica-se, no ponto, a Súmula 83/STJ.

Quanto à configuração dos danos morais, a Corte estadual consignou que houve ofensa à dignidade da pessoa humana e transtornos consideráveis que fogem à normalidade, de modo a interferir intensamente no comportamento psicológico da parte autora em razão da conduta ilícita do recorrente.

Nesse contexto, reverter a conclusão do Tribunal local, para acolher a pretensão recursal, demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado ante a natureza excepcional da via eleita, conforme enunciado da Súmula 7/STJ.

Relativamente ao *quantum* indenizatório, é certo que o entendimento deste Tribunal é de que o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias, a título de danos morais, somente deve ser revisto nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou excessiva, em desacordo com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Na espécie, observa-se que a verba indenizatória fixada na sentença, no montante de R\$ 6.825,88 (seis mil, oitocentos e vinte e cinco reais e oitenta e oito centavos) atende aos parâmetros da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como às especificidades da causa, de modo que também incide o óbice da Súmula 7/STJ no ponto.

A respeito do termo inicial da correção monetária incidente sobre o montante dos prejuízos extrapatrimoniais, enfatiza-se que, mais uma vez, a data estipulada no acórdão recorrido, como sendo o dia do arbitramento, encontra-se em conformidade com a orientação deste Tribunal, cristalizada na Súmula 362/STJ.

No que se refere ao termo inicial dos juros relativos aos danos patrimoniais, convém destacar que, nos termos do art. 670 do CC/2002 e da Súmula 43 do STJ, "os juros devidos pelo mandatário que desvia o numerário devido ao mandante fluem desde a data do abuso, e não da interpelação ou da citação" (AgInt no REsp 1.719.517/RS, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 6/11/2018, DJe 14/11/2018).

Superior Tribunal de Justiça

Logo, aplicável, novamente, a Súmula 83/STJ.

No que concerne ao termo inicial dos juros de mora da indenização por danos morais, constata-se que o acórdão recorrido, ao determinar sua incidência a partir da data da expedição do alvará, adotou solução em descompasso com a jurisprudência desta Corte Superior, a qual possui entendimento no sentido de que, em se tratando de responsabilidade contratual, o seu termo inicial é a data da citação.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RESCISÃO DO COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE BEM IMÓVEL. INICIATIVA DA COMPRADORA. ESTABELECIDO O 10% O PERCENTUAL DE RETENÇÃO. SÚMULAS 5, 7 e 83 DO STJ. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. CITAÇÃO. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A revisão do percentual de retenção dos valores pela rescisão do compromisso de compra e venda constitui questões eminentemente fáticas. O acolhimento da pretensão recursal, nesse ponto, demandaria reexame de todo âmbito da relação contratual estabelecida e incontornável incursão no conjunto fático-probatório dos autos. Incidência das Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

2. O entendimento perfilhado nesta Corte Superior é de que os juros moratórios incidem a partir da data da citação, em se tratando de responsabilidade contratual. Precedentes.

3. Agravo interno não provido (AgInt no REsp 1.793.339/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 01/07/2019)

PROCESSUAL CIVIL. CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. COMPRA E VENDA. ATRASO NA ENTREGA DO IMÓVEL. INDENIZAÇÃO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. RESOLUÇÃO CONTRATUAL POR CULPA DA CONSTRUTORA. DEVOLUÇÃO DE VALORES PAGOS ADIMPLÊNCIA DA AUTORA E COMPROVAÇÃO DOS LUCROS CESSANTES E DANOS MORAIS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS N°S 5 E 7 DO STJ. ATO ILÍCITO CONTRATUAL. TERMO INICIAL DOS JUROS MORATÓRIOS INCIDENTES SOBRE DEVOLUÇÃO DAS PARCELAS PAGAS E SOBRE O VALOR DO DANO MORAL. CITAÇÃO. ACÓRDÃO ESTADUAL ALINHADO À JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA N° 83 DO STJ. REDUÇÃO DO *QUANTUM* ARBITRADO PELO DANO MORAL. SÚMULA N° 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Aplica-se o NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado

Superior Tribunal de Justiça

Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. Havendo o Tribunal local examinado absolutamente todas as questões suscitadas pela parte recorrente, como no caso concreto, não há que se cogitar de violação ao art. 535, I e II, do CPC/73.

3. O acórdão estadual, ancorado nos termos da avença pactuada e nas provas dos autos, afirmou que a recorrida cumpriu fielmente todas as suas obrigações contratuais, tendo que suportar os danos materiais e morais por não ter recebido o imóvel. A revisão desse entendimento esbarra nas Súmulas nº 5 e 7 do STJ.

4. Nos termos da jurisprudência desta Corte nos casos de responsabilidade contratual o termo inicial dos juros de mora é a data da citação, no percentual de 1% após a vigência do Código Civil de 2002. De igual forma, em se tratando de indenização por danos morais decorrentes de obrigação contratual, os juros de mora são devidos a partir da citação. Precedentes.

5. A revisão do valor arbitrado a título de reparação por danos morais demanda, em regra, o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que não é possível em recurso especial, em face do óbice da Súmula nº 7 do STJ, exceto quando o referido valor se mostrar exorbitante ou irrisório, situação não verificada no caso dos autos.

6. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 730.055/RJ, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe de 13/10/2016l).

Desse modo, encontrando-se o acórdão recorrido dissonante à jurisprudência desta Corte Superior, de rigor sua reforma quanto ao ponto.

Diante do exposto, dou parcial provimento ao recurso especial a fim de fixar a data da citação como termo inicial dos juros de mora incidente sobre a indenização por dano moral.

Publique-se.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator